

Globalização Contra-Hegemônica, Solidariedade e Emancipação Social¹

José Willington Germano – UFRN

RESUMO

O presente artigo tem a pretensão de discutir a globalização hegemônica, bem como analisar as formas de resistência a esses processos de dominação, que estão emergindo no mundo, notadamente em áreas pós-coloniais. Nessa perspectiva, o marco referencial básico, mas não exclusivo, é o pensamento adotado por Boaventura de Souza Santos, sobretudo, as suas reflexões sobre a globalização contra-hegemônica, a solidariedade com as lutas sociais dos oprimidos e a reivindicação da emancipação social.

Palavras-chave: Globalizações. Globalização contra-hegemônica. Hegemonia. Solidariedade. Emancipação social.

ABSTRACT

This article is intended to discuss the hegemonic globalization, as well as to analyze the forms of resistance to those trials of domination, that are emerging in the world, in particular in postcolonial areas. On that perspective, the basic reference, but not exclusive landmark, is the thought adopted by Boaventura de Souza Santos, especially, his reflections about the Counter-hegemonic globalization, the solidarity with the social fights of the oppressed and the claim of the social emancipation.

Keywords: Globalizations. Counter-hegemonic globalization. Hegemony. Solidarity. Social emancipation.

1 Texto revisto e ampliado, originalmente publicado com o título Globalização alternativa, políticas emancipatórias e solidariedade. In: CASTRO, Janete Lima de et al. (Org.). **Política e gestão em saúde**. Natal: Observatório RH NESC/ UFRN, 2006.

“A falta de esperança é [...], o mais intolerável, o absolutamente insuportável para as necessidades humanas”.
(Ernest Bloch)

A globalização hegemônica é entendida como o “conjunto de relações desiguais” no sentido assinalado por Boaventura Santos. Conforme o autor em apreço, a globalização “significa uma expressão exponencial das relações transfronteiriças, [...], com a conseqüente transformação das escalas que tem dominado até agora os campos sociais da economia, da sociedade, da política e da cultura” (SANTOS, 2002b, p. 16). Ademais, convém frisar que a globalização não é algo radicalmente novo, embora a globalização neoliberal seja recente. Desse modo, parece ser mais adequado falar de globalizações do que de globalização.

No passado histórico, desde as grandes navegações a partir do século XV, e, em particular, com o desenvolvimento do capitalismo do século XVI em diante, configurou-se o processo de constituição da divisão internacional do trabalho, correspondendo a mundialização da esfera de circulação de mercadorias mediante relações de trocas desiguais entre centro e periferia do sistema. Diversos autores se debruçaram sobre este tema, como Marx e Engels que identificaram a formação de uma “sociedade global,” o historiador Fernand Braudel que constata a existência de uma *economia-mundo*, ou o sociólogo Immanuel Wallerstein que se reporta a um *sistema-mundo* (GERMANO, 1997, grifo do autor). Trata-se de um processo histórico transecular, de múltiplas faces e que recebeu, ao longo do tempo, diversas denominações: grandes navegações e descobrimentos, colonialismo, escravatura, evangelização, imperialismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento, globalização.

Na atualidade, a globalização hegemônica neoliberal não se restringe à esfera econômica uma vez que também ocorrem globalizações no campo social, político e cultural.

A *globalização econômica* se caracteriza: a) pela emergência de uma nova divisão internacional do trabalho com destaque para o papel exercido pelas empresas multinacionais; b) pelo deslocamento dos investimentos estrangeiros da América Latina para o leste, sul e sudeste da Ásia e do comércio mundial para os fluxos financeiros; c) pelo enorme crescimento do investimento do próprio mundo desenvolvido: Estados Unidos, Comunidade Econômica Européia e Japão. Do ponto de vista institucional e das políticas governamentais, tal globalização se traduz pela drástica redução da regulação pública da economia, privatização de empresas estatais, fortalecimento dos direitos de propriedade

internacional para os investidores estrangeiros, sobretudo no tocante ao direito de propriedade intelectual; ataques aos direitos sociais e implantação da flexibilização das relações de trabalho, acarretando descartabilidade, vulnerabilidade e instabilidade dos trabalhadores assalariados. Finalmente, pela subordinação dos estados nacionais, notadamente dos países semi-periféricos e periféricos, as imposições do receituário neoliberal das agências multilaterais, a exemplo do FMI, cujo marco referencial é o chamado “Consenso de Washington.”.

A *globalização social* se realiza mediante o incremento das desigualdades sociais. Para Santos (2002c), a iniquidade da distribuição da riqueza mundial se agravou nas últimas décadas. Desse modo, entre os países, “a diferença de rendimento entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre era, em 1960, de 30 para 1, em 1990 de 60 para 1 e em 1997 de 74 para 1” (p. 40). Em decorrência, escreve Santos (2002c, p. 39), “é adequado ver as últimas décadas como uma revolta das elites contra a distribuição da riqueza”, ocorrida de certa forma, após a Segunda Guerra Mundial, com as políticas de proteção social do *Welfare State* e outras modalidades de regulação estatal que redundaram em uma certa democratização da riqueza em alguns países. Assim, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), 20% da população mundial (países ricos) detinham em 1997, 86% do produto bruto mundial, enquanto os 20% mais pobres detinham apenas 1% (SANTOS, 2002c, p. 39-40). Em 2005, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou dados que demonstraram a distância abissal entre ricos e pobres. Constata-se, assim, que “os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento dos 416 milhões de pessoas mais pobres” (*apud* SANTOS, 2006a, p. 333).

Em face de um quadro de desigualdade social dessa magnitude, observa Frei Betto (2005, p. 19) que “o fenômeno da globalização é, de fato, globocolonização”. O autor cita dados da ONU, segundo os quais, dos 6,3 bilhões de pessoas do planeta, 4 bilhões vivem abaixo da linha da pobreza, com a renda *per capita* mensal inferior a 60 dólares. Nessa perspectiva, o desafio principal que se coloca hoje para a humanidade, de acordo com o autor, diz respeito à “redução imediata da fome, da pobreza e da desigualdade social”. Para ele, essas são “as verdadeiras armas de destruição em massa”, que ceifam cerca de 24.000 vidas por dia, segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Causa indignação o fato de saber que o planeta produz alimentos suficientes para 11 bilhões de pessoas. O problema, pois, não é o excesso de pessoas e a falta de alimentos, “mas de justiça, sobretudo de partilha dos bens da terra e dos frutos do trabalho humano”, como escreve Frei Betto (2005, p. 19).

O *xis da questão*, portanto, não é a necessidade de crescimento pura e simples da produção, mas de sua melhor distribuição, reduzindo o desperdício e o superconsumo da parte opulenta da humanidade. Atualmente, a América do Norte (Canadá e Estados Unidos) consome 12 vezes mais, e a Europa Ocidental cinco vezes mais do que o restante do mundo. É este superconsumo, diz Latouche, que é

preciso reduzir, e não privilegiar apenas um crescimento ilimitado do PIB, para que seja possível “uma partilha mais igualitária do bem-estar mundial” (LATOUCHE, 2005). Por sua vez, na visão de Santos (2002c, p. 41), “a área da saúde é talvez aquela em que de modo mais chocante se revela a iniquidade do mundo”. O autor cita dados da Organização Mundial da Saúde, evidenciando que os países pobres têm a seu cargo 90% das doenças que ocorrem no mundo, mas dispõem apenas de cerca de 10% dos recursos gastos em saúde.

A *globalização política* se caracteriza, essencialmente, por ter introduzido importantes mudanças no sistema interestatal mundial, modificando as estruturas internas dos estados nacionais, notadamente dos países semiperiféricos e periféricos. Para Lechner (2004), o que se observa é uma drástica guinada no *mapa mundi* político-econômico, mas também nos nossos mapas mentais. Assim, o atual processo de globalização tem permeado, como nunca permeou, as fronteiras nacionais, solapando a soberania nacional, princípio inerente ao Estado moderno, bem como a categoria de soberania popular, fundamental para a idéia de democracia. Por sua vez, a interpretação neoliberal da sociedade como um sistema “auto-regulado”, como diz Lechner, questiona a centralidade da política e desloca o fortalecimento da sociedade civil para o fortalecimento da sociedade do mercado, com a substituição do cidadão pelo consumidor. Desse modo, o critério de inclusão das pessoas deixa de ser o direito para ser a solvência econômica.

Nessa perspectiva, os Estados hegemônicos ou instituições financeiras sob o seu controle, têm comprimido a autonomia política e a soberania dos Estados que se situam na periferia ou semi-periferia do sistema. Ao lado disso, acentuaram-se formas de soberania conjunta e a formação de blocos econômicos e políticos, a exemplo da Comunidade Européia, o Acordo de Livre-Comércio Norte-Americano (NAFTA) e o Mercado Comum da América do Sul (MERCOSUL), que congrega países como Brasil e Argentina, acentuando as assimetrias internacionais e restringindo a capacidade do Estado-nação para regular os fluxos de pessoas, bens e capital, em proveito do sistema financeiro e dos grandes conglomerados multinacionais. Esse processo de transformação do poder do Estado é sintetizado por Bob Jessop (*apud* SANTOS, 2002c), nas seguintes tendências gerais: a) desnacionalização do Estado; b) desestatização dos regimes políticos; c) internacionalização do Estado nacional.

Os resultados são conhecidos: liberalização do mercado de mercadorias e dinheiro; privatização de empresas e serviços públicos, inclusive dos serviços de bem-estar social, como a educação e a saúde; cortes nos gastos sociais; flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho; expansão do chamado terceiro setor e a criação de mercados ou quase mercados no interior do próprio Estado; reformas educacionais para a formação profissional e a empregabilidade mais do que para a construção da cidadania; orçamentos governamentais que priorizam o pagamento da dívida pública aos bancos

internacionais. Paradoxalmente, no entanto, como escreve Santos (2002c, p. 45), “o retraimento do Estado não pode ser obtido senão através de forte intervenção estatal”. Dessa maneira, o “Estado tem que intervir para deixar de intervir”.

A *globalização cultural* se traduz essencialmente pela tentativa persistente e poderosa de homogeneização dos universos simbólicos com a imposição dos modos de pensar e de agir conforme os interesses hegemônicos do mercado internacional. Nessa perspectiva, os universos simbólicos da globalização são ocidentais e, por vezes, especificamente norte-americanos, o que nos induz a indagar, como faz Santos (2002c), se não seria mais apropriado falar de ocidentalização ou americanização do que de globalização. Os meios de comunicação eletrônicos, a indústria cultural, especialmente a televisão, desempenham um papel crucial da disseminação desses valores e mapas cognitivos dominantes.

Mas, a cultura é o campo das diferenças e, portanto, com potencial para resistir à homogeneização. Em decorrência, a globalização, apesar das intenções uniformizantes, não deve ser encarada apenas, adverte Canclini (2000), como um simples processo de homogeneização, mas de reordenamento das diferenças, à medida que ocorrem resistências ao processo hegemônico. Assim, se o consenso neoliberal é seletivo no tocante aos fenômenos culturais, uma vez que se só se interessam por eles na proporção em que se tornem mercadoria, a multiculturalidade emancipatória, por sua vez, é um tema indissociável dos movimentos antiglobalizantes ou que lutam em favor da constituição de uma globalização contra-hegemônica, alternativa, a exemplo do Fórum Social Mundial (FSM). Nesse terreno, a luta por afirmação, o poder da identidade, de reconhecer para libertar, são idéias-chave que impulsionam as lutas contra a exclusão e desigualdades sociais e em favor do respeito às diferenças étnicas/culturais, bem como a constituição de uma sociedade civil global, uma cidadania planetária.

Desse modo, convém ressaltar que, se por um lado, predomina uma globalização hegemônica, organizada do *topo para a base* e regressiva do ponto de vista dos direitos sociais, por outro lado, cabe assinalar a emergência de uma outra globalização, contra-hegemônica, alternativa, organizada inversamente da *base para o topo*. Tal globalização é constituída por redes e alianças transfronteiriças de movimentos sociais que lutam contra os efeitos da globalização neoliberal e em defesa da emancipação social.

A essa altura, cabe ainda esclarecer que a globalização hegemônica em curso não expressa apenas a mera continuidade de processos históricos transeculares, decorrentes do desenvolvimento do capitalismo. Assim, ela contém fatos e processos novos a exemplo da ampliação das relações transfronteiriças, do papel das novas tecnologias de comunicação e informação na constituição de redes interligadas, com destaque para a Internet, bem como as profundas alterações nas escalas espaciais e temporais da ação econômica, social, política e cultural. Nesse contexto, as relações entre as formas

dominantes e formas dominadas se materializam através da dicotomia local/global e na tricotomia centro/semiperiferia e periferia. A globalização, portanto, pressupõe a localização. Para Santos (2002b, p. 17), “o local é cada vez mais o outro lado do global” e o “global é cada vez mais o outro lado do local”. A globalização se configura, assim, sob a forma de “localismo globalizado” (países centrais) e de “globalismo localizado” (países periféricos). A primeira forma corresponde ao processo pelo qual determinado fenômeno local, oriundo dos países centrais, se globaliza. A segunda forma diz respeito aos efeitos, em geral desestruturantes, produzidos no local pela globalização hegemônica (SANTOS, 2002c, p. 71). O espaço nacional, dessa maneira, passa a assumir essencialmente a condição de instância de mediação entre o local e o global, em decorrência da ampliação da permeabilidade das fronteiras nacionais, em face da força do mercado, fazendo recuar o princípio de soberania e ampliando a interdependência em nível planetário.

Paradoxalmente, a ampliação dessa interdependência e conexões globais vêm acompanhadas de processos de disjunção, de desconexão e exclusão em diferentes partes do mundo, mesmo em países centrais. Embora o conjunto de países ricos concentre mais de 80% do produto mundial (SANTOS, 2002c, p. 39), existem aí contingentes que se integram na globalização mediante a forma como são excluídos. Dessa maneira, Castells (2002), ao tratar da formação do “quarto mundo”, expressão máxima da pobreza, miséria e exclusão social, se detém, ao mesmo tempo, sobre a dramática situação da África subsaariana, mas também sobre os guetos localizados nos grandes centros urbanos dos E.U.A, habitados sobretudo por negros e latinos. Negri (2005), no mesmo tom, afirma que “o terceiro mundo está em qualquer lugar”, em *Los Angeles*, em *New Orleans*, na periferia parisiense e em todos os países desenvolvidos. Para ele, uma das “características da globalização é justamente a generalização e a homogeneização destes problemas”. Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) não existe apenas no Brasil, pois “em todos os lugares há uma aspiração de toda uma população a se tornar cidadã”. A passagem do furacão Katrina por *New Orleans*, por exemplo, no segundo semestre de 2005, expôs a existência de uma população pobre e faminta, constituída sobretudo por negros e latinos, situada em pleno território do império norte-americano.

Da mesma maneira, a rebelião de jovens filhos de imigrantes da periferia de Paris, e que se disseminou como rastilho de pólvora para dezenas de cidades, muitas delas importantes, evidencia a magnitude da exclusão social na França, coração da Europa. A falta de perspectiva na vida, com o desemprego atingindo cerca de 40% dessa população, foi o *leitmotiv* da rebelião juvenil de outubro de 2005. Santos (2006b, p. 20), por sua vez, identifica a existência de “populações descartáveis, totalmente excluídas, que vivem fora de qualquer idéia de contrato social.” Essas populações vivem sujeitas ao que o

autor designa como “fascismo social²”, que configura, nos países centrais, um “terceiro mundo interior.” (SANTOS, 2006a, p. 332). Para ele, a situação dos países pós-coloniais é ainda complexa, pois aí residem, para além de todos os outros problemas, os riscos de perpetuação do Estado Colonial em contextos de pós-independência, mediante a persistência de uma herança pós-colonial que oprime e mata.

Por outro lado, a regressão neoliberal tem devastado projetos de futuros alternativos, ou seja, a idéia de transformação ou reforma social, bem como são descartadas as promessas do progresso, da liberdade, da igualdade e do bem-estar para todos. De par com isso, é imposto um desgaste ao próprio sentido da luta por esses valores emancipatórios. Desse modo, a realidade se impõe apenas por seu imediatismo, pela apologia de um presente permanente e contínuo e pela ausência de horizontes futuros. Observa-se, assim, um claro recuo da política, uma diminuição do espaço público no sentido assinalado por Hannah Arendt, em decorrência do aumento desproporcional da esfera do mercado. Para Lechner (2004), a *res publica* é substituída pelo mercado no neoliberalismo e a extensão desmensurada da lógica mercantil a âmbitos não econômicos, como o político, tornando a política “altamente competitiva e sumamente cara”, estimulando a corrupção e alterando o limite entre o público e o privado. Isso contribui, no dizer de Lechner (2004), para o surgimento no imaginário coletivo dos cidadãos de uma cultura do “mal-estar com a política”. Tal “mal-estar expressa uma reação contra as formas atuais de fazer política, à luz de uma imagem [...] do que é e do que deveria ser a política.” Mas esse “mal-estar” evidencia que, mesmo na adversidade, persistem as demandas de *bom governo* por parte de amplos setores da sociedade, o que revela um reconhecimento tácito da importância da política, mas de uma política feita sob um outro paradigma.

Na verdade, cabe assinalar a existência na atualidade de um inequívoco vazio de regulação social e da política entendida como instância máxima de coordenação e proteção dos cidadãos, deslegitimando, dessa maneira, a emergência de eventuais projetos de futuros societários alternativos

2 Conforme esclarece Santos (2006a, p. 333), “não se trata do regresso ao fascismo dos anos 30 e 40 do século passado”, uma vez que não diz respeito a regime político, “mas antes de um regime social e civilizacional”, que se apresenta mediante algumas formas de sociabilidade. Entre essas formas, por exemplo, o autor relaciona o fascismo do apartheid social. Para ele, “trata-se da segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas selvagens são as zonas do estado de natureza hobbesiano. As zonas civilizadas são zonas do contrato social e vivem sob as constantes ameaças das zonas selvagens”. Nestas circunstâncias, observa-se um duplo padrão da ação estatal. Assim, nas zonas civilizadas, “o Estado age democraticamente como um Estado protector”, ainda que de forma, muitas vezes, ineficaz e não confiável. Nas zonas selvagens, por sua vez, “o Estado age fascisticamente, como Estado predador, sem qualquer veleidade de observância, [...] do direito”. Desse modo, “o polícia que ajuda o menino das zonas civilizadas a atravessar a rua é o mesmo que persegue e eventualmente mata o menino das zonas selvagens” (SANTOS, 2006a, p. 334).

ao capitalismo, albergados sob a égide da emancipação social. É nesse contexto, contraditoriamente, que estão surgindo em diferentes partes do mundo, notadamente nos países periféricos e semiperiféricos, iniciativas, movimentos, organizações que se opõem à globalização hegemônica e que procuram reinventar a emancipação, mediante um processo de lutas contra a desigualdade, a opressão e a discriminação. Lutas que não somente resistem à globalização hegemônica, mas que também propõem alternativas. Esta é a seara da globalização contra-hegemônica da qual o movimento democrático transnacional de Seattle a Porto Alegre, culminando com o FSM, constitui formas emblemáticas do referido processo.

Contudo, a globalização contra-hegemônica transcende a essas mobilizações e eventos, como o FSM. Trata-se de um movimento amplamente capilarizado, ancorado, sobretudo, em iniciativas locais interligadas, com vista ao desenvolvimento de lutas locais, mas para “resistir a poderes translocais, nacionais ou globais”, como enfatiza Santos (2002b). As lutas em favor da reforma agrária, da demarcação das terras indígenas; contra a devastação da floresta amazônica, a poluição ambiental, a precarização do trabalho, a erosão dos direitos sociais, o tráfico de pessoas, as guerras e a intolerância; bem como as lutas em defesa das diversas tradições da criatividade e dos diferentes sistemas de conhecimento, como faz Vandanna Shiva na Índia, são exemplos de lutas locais contra poderes translocais/globais. Tais lutas se traduzem em ações e políticas emancipatórias que se distanciam das políticas compensatórias e residuais, no sentido atribuído por Richard Titmuss, bem como das políticas emergenciais, focalizadas e assistencialistas do neoliberalismo. Enfim, das políticas de “pronto socorro social”, de que fala Castel (1997). Essas políticas levam oxigênio a quem está em desespero, mas mantém a exclusão e a subalternidade, reforçando uma ordem social desigual, injusta e opressiva.

A globalização contra-hegemônica, ao contrário, pressupõe o desencadeamento de ações rebeldes interligadas de resistência às diferentes formas de poder social hegemônicas. Boaventura Santos e colaboradores, no âmbito do projeto “Reinventar a emancipação social: para novos manifestos”, identificaram ações, movimentos e políticas emancipatórias, em curso, com esse perfil, nos países incluídos no estudo, como o Brasil, Portugal, Colômbia, Moçambique, Índia e África do Sul, abrangendo as seguintes áreas: a democracia participativa; os sistemas alternativos de produção; o multiculturalismo emancipatório, a justiça e as cidadanias culturais; a biodiversidade e os conhecimentos rivais; o novo internacionalismo operário.

De igual modo, *pari passu* com a emancipação, a solidariedade se transformou em símbolo eminecente das lutas para enfrentar a crise civilizacional do mundo de hoje. Este é um tema presente, com diferentes sentidos, em pensadores e cientistas sociais do passado, como Marx e Engels, que fizeram um apelo à solidariedade da classe trabalhadora de todos os países para enfrentar a dominação capitalista;

em Durkheim como forma necessária à estabilidade social e à prevenção da anomia. No presente, autores como Jürgen Habermas, que se reporta à “justiça e solidariedade”, André Comte-Sponville, que se debruça sobre a solidariedade e a generosidade e advoga à urgência da primeira; ou Edgar Morin, que defende uma “ética da solidariedade.” Este é um tema, também, recorrente nos discursos das Igrejas, Organizações Não Governamentais (ONGs) e organismos internacionais. Por sua vez, alguns dos projetos alternativos à produção capitalista são denominados de “economia solidária.” Não é pretensão, deste trabalho, analisar essas diferentes matrizes discursivas, mas apenas destacar alguns aspectos gerais do que se pode entender por solidariedade em sentido amplo. Ela pressupõe, necessariamente, a inclusão do outro, a responsabilidade para com os outros e o alargamento do sentido do nós. Desse modo não existe solidariedade sem alteridade, ou seja, sem o vínculo com o outro. Isto implica no estabelecimento de interesses comuns e de laços de identidade e pertencimento.

Esta visão contrasta com o viés utilitarista de instituições, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e as empresas, que incluíram a palavra solidariedade no seu vocabulário a partir da segunda metade dos anos noventa do século passado, embora com denominações diferentes: *inclusão/solidariedade* (FMI); *justiça social/inclusão* (BM); *responsabilidade social* (empresas). No entanto, para tais organizações, a solidariedade social se reduz fundamentalmente a uma questão de eficácia econômica ou da melhoria da imagem empresarial em face dos seus clientes.

A perspectiva instrumentalista também faz parte do ideário de programas de *ajuste social* ou de *aparatos e práticas de ajuste social* (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000), que se afastam da idéia de cidadania, decorrente dos ajustes do neoliberalismo. Nos últimos anos do século XX, em consequência dessas políticas de ajuste, surgiram, em vários países da América Latina, programas governamentais compensatórios, residuais, voltados justamente para aqueles grupos mais duramente atingidos ou vitimados pelas políticas de “ajuste estrutural”, sob a emblemática rotulação de “solidariedade”. Este é o caso do *Programa Nacional de Solidariedad* (PRONASOL), no México, sob o governo de Salinas de Gortari; do *Programa Comunidade Solidária* no Brasil na gestão de Fernando Henrique Cardoso; do *Fondo de Solidariedad e Inversión Social* (FOSIS), no Chile; da *Rede de Solidaried*, na Colômbia, e assim por diante (GERMANO, 2002). Trata-se, na verdade, de uma apropriação inadequada da linguagem por parte desses aparatos, empresas e instâncias de governo, porquanto, para a globalização neoliberal, a competição, e não a solidariedade, constitui o supremo valor social. A palavra solidariedade, no entanto, se reveste de valor positivo, daí o seu uso indiscriminado por empresas que ampliam a precarização e a vulnerabilidade do trabalho e por governos e instituições que implementam políticas que devastam direitos sociais.

A solidariedade, no entanto, como enfatizam Hugo Assmann e Jung Mo Sung (2003), não é uma palavra de um só significado. Ela pode se referir a situações emergenciais clamorosas, como desastres ambientais, secas, catástrofes, acidentes graves, terremotos, enchentes. Aqui a sensibilidade solidária é praticamente unânime porque não requer a existência efetiva de vínculo. A mesma presteza não acontece quando se tratam de calamidades persistentes, decorrentes de estruturas sociais injustas, como as diferentes situações de opressão: miséria, exclusão social, racismo, preconceitos diversos, trabalho infantil, escravidão, desigualdade social, concentração da propriedade da terra, guerras, desemprego, vulnerabilidades no mundo do trabalho, jornadas exaustivas de trabalho, capazes de levar à morte de trabalhadores que vêm ocorrendo recentemente no corte de cana-de-açúcar em Ribeirão Preto, a região mais rica do Brasil³. Por mais brutais que sejam esses fatos persistentes, a indiferença tende a esvaziar a sensibilidade solidária, pois nesse caso ela implica no estabelecimento de vínculo, em compromissos políticos e envolve interesses poderosos. Afinal, esta é uma época em que prevalece uma fragilidade dos laços humanos, imprescindíveis à solidariedade, em que pontifica uma *modernidade líquida*, um *amor líquido*, como diz Bauman (2004).

No arremate do presente texto cabe perguntar: Qual o significado da solidariedade para a construção de um mundo melhor no âmbito do projeto de globalização contra-hegemônica, alternativa, de superação da “modernidade líquida” e de reinvenção da emancipação social? Assumir um significado

3 O problema dos trabalhadores rurais no Brasil é grave, e pode ser resumido no dilema: ser tragado pela tecnologia que torna sua mão-de-obra desnecessária ou trabalhar em condições de semi-escravidão. O patronato rural, via de regra, não quer saber de relações de trabalho civilizadas e sim de excesso de trabalho. Em setembro e outubro de 2005, por exemplo, foi amplamente noticiado na imprensa brasileira a morte de dez bóias-frias com idade entre 24 e 26 anos, de parada respiratória causada, conforme suspeita médica, pelo excesso de trabalho. Tratam-se dos trabalhadores dos canais de Ribeirão Preto (TOLEDO, 2005). Em 2004, a situação na referida região era a seguinte: produção de 90 milhões de toneladas de cana; produção bóia-fria/dia: 12 toneladas; esforço físico necessário para cortar 10 toneladas: 9.700 golpes de podão; valor recebido pelo trabalhador por cada tonelada cortada: R\$ 2,20 (dois reais e vinte centavos). A morte dos jovens trabalhadores de Ribeirão Preto, ao que parece, não provocou nenhuma comoção ou mobilização solidária e de contestação a essas estruturas sociais injustas e a seus agentes, responsáveis por horas de trabalho mortíferas, em pleno século XXI, como se estivesse ainda no século XIX ou nos primórdios do capitalismo. Essa devastação de vidas humanas, como diria Polanyi, evidencia uma naturalização da miséria e a regulação das relações sociais de trabalho pelas leis cegas do mercado. Trata-se de uma típica herança pós-colonial que oprime e mata. Além das mortes citadas outras nove ocorreram desde 2004, perfazendo um total de 19 mortes por excesso e condições degradantes de trabalho. Essa busca incessante por aumento de produtividade, conforme pesquisa da professora da UNESP Maria Aparecida de Moraes Silva, fez com que a vida útil dos trabalhadores se tornasse equivalente a dos escravos, cerca de 12 anos. (ZAFALON, 2007). É interessante notar que uma das empresas atuadas pelo Ministério Público de São Paulo, a Usina Renascença, de propriedade de empresários coreanos, mantém, no site de uma outra empresa do grupo a STAR BKS, a informação que “apóia e patrocina um projeto social para beneficiar adolescentes carentes de São Paulo” (SIMIONATO, 2007, p. b1).

pressupõe a existência de uma *ética*, visto que a solidariedade é um valor historicamente construído. Para Morin (2005, p. 202), “a finalidade ética tem duas faces complementares. A primeira é a resistência à crueldade e à barbárie. A segunda é a realização da vida humana”. Por isso, ele propõe uma “ética da resistência,” à “crueldade do mundo, da vida, da sociedade e à barbárie humana”.

Desse modo, pensar o sentido da solidariedade nesses tempos de transição do paradigma social, como defende Boaventura Santos, diz respeito à *solidariedade política* com as lutas sociais dos oprimidos. Mas, isto implica em uma “ética da solidariedade” que rejeite todas as misérias, as desigualdades, a intolerância, as barbáries e fundamentalismo de toda ordem (GERMANO, 2003). De igual modo, pressupõe a constituição de uma cidadania planetária em sintonia com as lutas em favor da reinvenção da emancipação social pelo estabelecimento de uma outra globalização, globalização esta contra-hegemônica, alternativa aos atuais processos excludentes, inclusive, com relação aos direitos humanos, entre os quais os decorrentes da existência do Estado-nação. Neste contexto, quando existem, o que prevalece não são os direitos do homem, conforme proclamado, mas do cidadão nascido em tal ou qual país. Assim, o refugiado e/ou o migrante que, em tese, deveriam encarnar o homem de direitos, são suplantados pelos direitos dos cidadãos naturais de determinado Estado-nação. A respeito escreve Agambem (2004, p. 133): “no sistema do Estado-nação os ditos direitos sagrados e inalienáveis do homem mostram-se desprovidos de qualquer tutela e de qualquer realidade no mesmo instante em que não seja possível configurá-los como direitos de um Estado”. É isso que dá sentido à emergência da idéia de constituição de uma cidadania planetária.

Na perspectiva de Santos (2007, p. 38), a solidariedade está relacionada à reinvenção da emancipação social e motivada pela esperança “que um outro mundo é possível”. Para o autor, os mecanismos de opressão e de dominação são múltiplos e é necessário lutar contra todos eles de modo articulado. Assim, sem abandonar o enfoque estruturalista, ele propõe uma concepção mais plural de estruturas de poder que produzem mecanismos de opressão e de dominação. Desse modo, identifica cinco formas estruturais de poder e de relações desiguais de poder:

[...] espaço-tempo doméstico (relações sociais de sexo ou patriarcado), espaço-tempo da produção (exploração de classe), espaço-tempo do mercado (fetichismo da mercadoria), espaço-tempo da comunidade (diferenciação desigual) ou espaço-tempo da cidadania (dominação) e espaço-tempo mundial (troca desigual) (SANTOS, 2006b, p. 19).

Na visão de Santos (2006b, p. 19) os principais caminhos da construção da emancipação social “consistem nas lutas pelas transformações desiguais de poder em relação de autoridade partilhada” e que a “luta contra a opressão é a luta pela democracia radical,” luta que se estende a todos os espaços-tempo estruturais. Trata-se de uma democracia de *alta intensidade*. Neste sentido, Santos (2006b, p. 19) assume uma postura claramente anti/capitalista quando afirma: “daí vem minha definição de socialismo como democracia sem fim. Democracia sem fim para que o capitalismo tenha fim”. Conforme escreve, “o socialismo reemerge porque o capitalismo neoliberal não só não cumpriu as suas promessas como tentou disfarçar esse fato com arrogância militar e cultural”. Adverte, contudo, que o socialismo do século XXI não quer ser igual ao do século XX, cujos erros e fracassos não quer repetir (SANTOS, 2007).

Finalmente, para o autor, a reinvenção da emancipação social passa necessariamente pelas experiências do mundo pós-colonial, ou seja, dos países periféricos ou semi/periféricos do sistema mundial, das quais o FSM constitui um dos exemplos mais evidentes. Vista pelos países hegemônicos como lugares da inferioridade, a parte subordinada do mundo possui uma rica experiência social que é desperdiçada porque ocorre em lugares considerados remotos. Daí a emergência do que Santos (2007, p. 41) denomina de *Epistemologia do Sul* que, de acordo com as suas palavras, tem conseqüências políticas e teóricas “para criar uma nova concepção de dignidade humana e de consciência humana”. Esta é a seara da *Sociologia das Ausências*, contra o desperdício da experiência, *a razão indolente*, bem como contra as *monoculturas* da racionalidade ocidental, as quais o autor propõe substituí-las por *ecologias*⁴, com vistas a inverter essa situação tornando possível que essas experiências ausentes se tornem presentes. Ainda no âmbito dessa nova epistemologia, se situa também a *Sociologia das Emergências*, cujo propósito é “buscar credibilizar, ampliar simbolicamente” (SANTOS, 2007, p. 37) as possibilidades emancipatórias de um pequeno movimento social, de uma pequena ação coletiva que, pelas suas características, podem evidenciar um sinal de futuro, a exemplo do movimento ambientalista liderado por Chico Mendes no Acre, Amazônia brasileira, ou a revolta indígena de Chiapas no México.

Em conclusão, fica evidente que ao se inserir em uma perspectiva de *reinventar a emancipação*, Boaventura de Sousa Santos parte da constatação que as diferentes formas de opressão persistem, por isso, a busca pela emancipação constitui um ponto fundamental da agenda social neste início de milênio. Desse modo, a sua produção teórica e a sua atuação política se revestem, inequivocamente, da

4 O autor identifica as seguintes monoculturas: monocultura do saber e do rigor; do tempo linear; da naturalização das diferenças; da escala dominante; do produtivismo capitalista. Para substituir as monoculturas, propõe as seguintes ecologias: ecologia dos saberes; das temporalidades; do reconhecimento; da transescala; da produtividade (SANTOS, 2007).

mais intensa solidariedade com as lutas sociais dos oprimidos. A sua reflexão, portanto, é movida pela esperança de um futuro melhor, pela emergência de um outro paradigma social e de uma globalização contra-hegemônica, pois, como escreve Bloch (2005, p. 14), “todo ser humano, na medida em que almeja, vive no futuro”.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Eveline; ESCOBAR, Arturo. O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Eveline, ESCOBAR, Arturo (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais Latino-Americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ASSMAN, Hugo; JUNG, Mo Sung. **Competências e sensibilidade solidária**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BAUMAN, Zygmund. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BLOCH, Ernest. **O princípio esperança**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2005. vl.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, M. *et al.* (Org.). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREI BETTO. Desafios à humanidade. **Correio Brasiliense**, Brasília, p. 19, 16 dez. 2005.

GERMANO, José Willington. Globalização alternativa, políticas emancipatórias e solidariedade. In: CASTRO, Janete de L. et al. (Org.). **Política e gestão em saúde: reflexões e estudos**. Natal: Observatório RH NESC/UFRN, 2006.

GERMANO, José Willington. Globalização, reestruturação do estado e políticas neoliberais. **Vivência**, Natal, v. 11, n. 1/2, p. 117-127, jan./dez. 1997. ISSN-0104-3064.

_____. Imagens da destituição: os pobres e a educação no Brasil. **Cronos**, Natal, v. 3, n. 2, p. 37-46, jul./dez. 2002.

GERMANO, José Willington. Scienza Nuova. In: ALMEIDA, Maria da Conceição de; KNOBBE, Margarida Maria. **Ciclos e metamorfoses**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

LATOUCHE, Serge. O decrescimento não é crescimento negativo. **Boletim IHU on Line**, 2005. Entrevista. Disponível em: www.unisinos.br. Acesso em: 05 dez. 2005.

LECHNER, Norbert. Os novos perfis da política: um esboço. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 62. 2004. ISSN-0102-6445. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 30 nov. 2005.

MORIN, Edgar. **Ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005. (O método 6).

NEGRI, Antônio. Multidão. **Estado de São Paulo**, 09 de outubro de 2005. Entrevistado pelo Estado de São Paulo. Disponível em: newsletternomade@listas2.rits.org.br. Acesso em: 10 out. 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006a.

_____. Introdução geral à coleção. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. Margem esquerda. **Ensaios marxistas**, São Paulo, n. 8, p. 13-21, nov. 2006b. Entrevistadores: Emir Sader e Pablo Gentili.

_____. Os processos de globalização. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Globalização: fatalidade ou utopia?** Porto: Afrontamento, 2002c.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. O socialismo do século XXI. In: _____. **Carta Maior**, 24 de agosto de 2007. Disponível em: www.agenciartamaior.com.br. Acesso em: 01 jun. 2007.

SIMIONATO, Maurício. Blitz vê condição degradante na produção de álcool em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2007, p. 81.

TOLEDO, Marcelo. Ribeirão Preto tem 10ª morte de bóia-fria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 out. 2005, p. 85.

ZAFALON, Mauro. Cortadores de cana têm vida útil de escravo em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 abr. 2007, p. 81.